



## **PERTO DA CASA, PERTO DA COMUNIDADE A (IN)VISIBILIDADE DA NATUREZA, DOS TRABALHOS E DA ECONOMIA<sup>1</sup>**

**COIMBRA, Marina<sup>2</sup>**

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Socioambientais, UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, [marinaribeirocsa2014@gmail.com](mailto:marinaribeirocsa2014@gmail.com)

### **RESUMO**

O trabalho apresenta um esforço inicial, partindo da experiência de uma mulher indígena da etnia Ticuna, em registrar a agrobiodiversidade ao redor da sua casa, a destinação da produção - autoconsumo, venda, doação e troca - e os diversos trabalhos produtivos e reprodutivos desempenhados diariamente por ela. Para isso, articula-se teorias da economia feminista, estudos campestres e feminismos decoloniais rumo a uma compreensão plural das dinâmicas e estratégias econômicas empregadas pelas mulheres indígenas cotidianamente com o objetivo de contribuir para a crescente visibilidade e valorização de suas práticas na Agroecologia, por meio de processos de sistematização para garantir a manutenção de seus usos e costumes.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminismos indígenas; economia feminista; agroecologia

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho foi desenvolvido na cidade Benjamin Constant, localizado à margem direita do Rio Solimões, no interior do Amazonas e fronteiro com a República do Peru e da Colômbia. Sua população tem cerca de 45 mil habitantes, sendo que 61,7% dos habitantes residem em área urbana, enquanto 38,3% em zona rural (IBGE, 2015).

O município possui 62 comunidades – 40 ribeirinhas e 22 indígenas – e conta com a feira da cidade (Mercado Municipal), que concentra diariamente diversos produtores indígenas. Algumas dessas mulheres ocupam o espaço descoberto da feira, as barraquinhas são ocupadas por ordem de chegada, e os demais feirantes instalam suas mercadorias no chão.

As pesquisas e práticas aplicadas se propõem à investigação e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas (TELLES et al., 2015, p.45). “Em geral, destaca-se a atuação da família ou do homem sem questionar as relações de poder vigentes, o que reforça a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino” (TELLES et al., 2015, p.45). Nesse contexto, durante as visitas que realizei nas comunidades indígenas para trabalhar o desenvolvimento das atividades produtivas agroflorestais com alguns grupos, observei que os trabalhos e os diagnósticos eram realizados apenas nas “roças”, espaços distantes das casas e da comunidade, onde os homens, geralmente, respondiam pela plantação macaxeira e banana, principais produtos cultivados.

Um fenômeno semelhante é observado nos discursos dos mais diversos grupos na cidade de Benjamin, pois só é visto como produzido por indígena aquilo que é comercializado nas feiras, ou seja, a noção sobre a produção e a diversidade nas comunidades é pautada somente no que é comercializado no mercado ou produzido nas roças.

Essa situação, aliada a observações sobre a diversidade de árvores frutíferas na comunidade e seus

---

<sup>1</sup> Trabalho curricular apresentado na UFAM/INC durante período de Mobilidade Acadêmica.



arredores conformaram a necessidade de se investigação as relações e as articulações possíveis entre diversidade, produção e consumo familiar a partir dos processos de sistematização das experiências das mulheres.

Como as noções ocidentais estão impregnadas de valores coloniais em várias instâncias, a história do movimento feminista também remonta uma tradição eurocentrada, tendo sua expressão no feminismo eurocêntrico (SEGATO, 2012), que universaliza a experiência da dominação patriarcal, transpondo a realidade das mulheres brancas para mulheres negras e de outras etnias, investindo em missões civilizadoras (SEGATO, 2011) que apagam o direito à diferença e à autonomia das mulheres dos continentes colonizados.

Nesse sentido, a Antropóloga Rita Laura Segato (2011) tece considerações importantes em relação ao processo de colonialidade de gênero entre os indígenas ao apontar o caminho a ser seguido para não cair em armadilhas relativistas ou colonialistas. Propõe também, a partir das relações de gênero, realizar a leitura da interface entre o mundo pré-intrusão e a colonial modernidade, a partir das transformações do sistema de gênero.

Outra contribuição importante que Segato traz para o debate de gênero, principalmente em relação a populações indígenas, é a diferenciação entre *dualismo* e *binarismo* e a tendência ocidental de associá-las a mesma estrutura binária de gênero em que se sustenta a nossa sociedade. Enquanto o sistema binário - estruturado na figura do uno - homem, branco e heterossexual - apaga e silencia, o dualismo confere e agência.

Assim, pontuaremos que o caminho percorrido neste artigo é o de afirmação do trabalho e da economia da mulher indígena, principalmente para a visibilização da diversidade para os não-indígenas, trazendo à tona o reconhecimento para esses povos e combatendo as discriminações por eles sofridas. Não pretendemos adentrar nas relações de gênero intra-aldeia - neste caso, investigações mais profundas são necessárias como avanço da autonomia e do direito das mulheres indígenas em contarem sua própria história.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica e de dados coletados em campo. A literatura selecionada para o desenvolvimento ofereceu aporte teórico à discussão entre feminismos, agroecologia e outras perspectivas econômicas trazidas à tona a partir da experiência de uma mulher Ticuna. Ela também nos auxiliou na compreensão de aspectos observados em campo.

As visitas de campo foram fundamentais para a construção das reflexões aqui apresentadas, na medida em que possibilitaram a coleta de dados quantitativos e, principalmente, qualitativos acerca da diversidade de animais, plantas, cultivos e seus diferentes usos e agenciamentos da família acompanhada, com especial ênfase nas atividades de produção e cuidado desempenhadas por Regina nesse sistema.

A pesquisa de campo ocorreu na comunidade Indígena Nova Vida, pertencente ao município de Benjamin Constant no Estado Amazonas. Através de três visitas a campo, realizadas nos meses de setembro e outubro de 2017, com duração de 01 (um), 02 (dois) e 3 (três) dias respectivamente, totalizando 06 (seis)



dias. A primeira visita foi destinada ao primeiro contato com os membros da comunidade para apresentar a proposta do trabalho, discutir sua importância e solicitar a anuência em reunião comunitária. As demais visitas foram realizadas objetivando a aproximação com a família acompanhada, momento em que, além da coleta dos dados preenchidos, a observação da rotina familiar, o convívio e a participação nas atividades cotidianas foram fundamentais para adentrar no universo pesquisado de forma sutil, profundas e subjetivas, obtendo assim dados qualitativos sobre a dinâmica familiar. Na casa onde as visitas aconteceram, reside uma família de dez pessoas, composta por um casal, Regina e Davi, seus sete filhos, sendo seis filhos do casal e um apenas filho de Regina, além de um neto.

A interlocução com a comunidade foi viabilizada por membros da ONG colombiana FUCAI, que apresenta atualmente um conjunto de iniciativas relacionadas à produção agroecológica e à soberania alimentar, trabalhando com o desenvolvimento e fortalecimento das atividades produtivas agroflorestais em algumas comunidades indígenas pertencentes à Benjamin Constant.

Tais trabalhos desenvolvidos são acompanhados por meio do instrumento Caderneta Agroecológica (CA) - metodologia escolhida para a realização deste trabalho-, facilitando a comunicação com as pessoas da comunidade, além de trazer um cenário privilegiado, ainda que incipiente, em termos de articulação e organização social em torno da produção agroecológica na região.

A Caderneta Agroecológica (CA) é um instrumento político-pedagógico desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas Zona da Mata (CTA-ZA) para trazer reconhecimento da importância dos processos de sistematização e ampliar a visibilidade e a possibilidade de diálogo e atuação entre experiências e organizações que atuam com o projeto da Agroecologia (CARDOSO & SCHOTTZ, 2010, p.13). Além disso, mensura a produção agrícola das mulheres agricultoras registrando o que foi vendido, doado, consumido e trocado, incorporando a perspectiva de gênero e de economias plurais na construção de agroecossistemas sustentáveis.

## RESULTADOS E DESENVOLVIMENTO

Os dados preenchidos por Regina na Caderneta Agroflorestal são referentes aos meses de setembro e de outubro (TABELA 01 e 02) e apontam que maior parte da alimentação produzida no quintal, na roça e da pesca, é destinada ao autoconsumo. A variedade de alimentos consumidos contrasta com a pouquíssima variedade de alimentos vendidos, que são, em sua maioria, pencas e 'palmas' de banana.

Os preços e as unidades de medida foram estabelecidos seguindo os preços dos alimentos da feira, conhecidos e preenchidos por Regina.

TABELA 01 e 02: **SETEMBRO 2017 E OUTUBRO DE 2017**

### SETEMBRO

Consumiu	Qtd.	R\$	Trocou	Qtd	R\$	Vendeu	Qtd.	R\$
penca banana	10	50	1 cambada de peixe por farinha de			penca de banana prata	10	20



			macaxeira					
un. ingá	10	10				penca de banana maçã	10	10
mamão	3	6				mamão	15	30
coco	5	5				cestos de tucum	38	250
amarrado mapachi	5	25						
mangas	10	6						
abacaxi	2	10						
amarrado cubiu	1	2						
vara de cana	5	10						
farinha de tapioca	4kg	20						
<b>TOTAL</b>	-	144	-	-	10	-	-	320

### OUTUBRO

<b>Consumiu</b>	<b>Qtd.</b>	<b>R\$</b>	<b>Trocou</b>	<b>Qtd</b>	<b>R\$</b>	<b>Vendeu</b>	<b>Qtd.</b>	<b>R\$</b>
penca banana maçã	6	12				penca de banana prata	19	38
Cana	5	10				palma de banana prata	10	50
Mamão	4	8				palma de banana maçã	20	100
saquinho de sacha inchi	3	6						
penca de banana prata	19	38						
palma de banana	6	30						
Mamão	4	8						
Frango	1	17						
cambada de peixe	1	10						
penca de banana peruana	3	15						
panceiro de farinha	1	10						
amarrado de limão	1	20						
amarrado de araçá	1	2						
palma de banana maçã	1	5						
cambada de peixe	1	10						
amarrado de mapachi	1	5						
amarrado de macaxeira	1	3						
6 palmas de banana	1	30						
<b>TOTAL</b>	-	239	-	-	-	-	-	188

Na primeira visita, em setembro de 2017, depois de solicitar anuência comunitária, passei o resto do dia na casa da Regina, momento em que mostrei a CA. Conversamos sobre o preenchimento e contei um



pouco da história da CA. O contexto linguístico influenciou diretamente nas minhas observações em relação ao cotidiano da família, pois não compreendia, na maior parte do tempo, o que estavam dizendo entre si tendo em vista que, na comunidade de Nova Vida, os indígenas da etnia Ticuna aprendem primeiro sua língua mãe, a língua Ticuna, e só quando vão para escola são alfabetizados em português, desta forma eles possuem muito mais fluência e se comunicam quase todo o tempo em Ticuna.

Outra observação que realizei em relação às limitações metodológicas foi o provável sub-registro da CA. Após deixar a CA com Regina e as demais mulheres da comunidade – o resultado do preenchimento das demais CAs foi apenas quantitativo e não se encontra no presente trabalho-. Quando foi possível retornar a campo, em outubro, fiquei três dias acompanhando Regina nas atividades da casa. Durante esses poucos dias, preenchi muitos dados referentes ao consumo de alimentos que não eram anotados na caderneta (acredito que isso explica a maior quantidade de alimentos consumidos no mês de Outubro em relação ao mês de Setembro), notando que, pelo fluxo de colheita e o consumo ser dinâmico e constante – principalmente entre as crianças –, criar o hábito de anotar cada vez que um alimento é consumido demanda mais desprendimento de energia de Regina, acrescentando mais uma tarefa para sua rotina. A esse respeito, ajustamentos na metodologia em diálogo com as realidades, possibilidades e disponibilidade de preenchimento de cada mulher, bem como o desenvolvimento contínuo do acompanhamento e assessoria das mulheres são pontos fundamentais para garantir resultados mais satisfatórios do ponto de vista dos dados, mas principalmente, em relação aos processos de autonomia e empoderamento das próprias mulheres ao adotarem a CA como uma metodologia de registro em seu cotidiano.

Em relação ao autoconsumo das famílias camponesas - os estudos sobre campesinato possuem muitas interfaces com as economias indígenas e não-ocidentais em geral-, Gazolla e Schneider (2007) o relacionam com diversas funções e papéis que extrapolam apenas a garantia da segurança alimentar da família. Os autores pontuam que produzir para o próprio consumo é também uma estratégia que garante a autonomia frente aos mercados e que fortalece e produz sociabilidades e vínculos diversos, próprios da identidade dos agricultores familiares.

Nas comunidades indígenas, as relações capitalistas e mercantis também estão presentes, principalmente se tratando da comunidade Nova Vida, que é próxima à cidade de Benjamin Constant. Nela os moradores estabelecem intensas relações de compra e venda de mercadorias com e na cidade - além da venda da força de trabalho-, porém, os apontamentos aqui levantados vão ao encontro do reconhecimento das práticas e racionalidades propriamente indígenas, ressaltando que, mesmo que a monetarização seja uma realidade em muitas comunidades indígenas, tradicionais e rurais, ela não explica toda a realidade econômica desses povos e nem acontece da mesma maneira, seguindo os mesmos princípios que as sociedades ocidentais mercantis, como recorrentemente afirmam os discursos políticos, informais e inclusive acadêmicos.

Seguindo por este debate, acredito que os estudos sobre campesinidade são um bom caminho para analisar as articulações econômicas entre populações indígenas e sociedade nacional. A esse respeito, Woortman (1990) propõe o direcionamento de um olhar crítico ao fator motivacional do camponês ao se



articular com o mercado- em maior ou menor grau-, contextualizando a realidade camponesa a partir de um enfoque que considera as condicionantes históricas e políticas que atuam, reconfigurando condutas e projetos de sociedade, considerando que a história é repleta de contradições, ou como afirma Woortman (1990): “a história é ambígua”. A partir de tais contradições e ambiguidades o camponês se relaciona com a sociedade nacional, articulando subjetividades que fundamentam suas intenções, pautadas em formas de resistência, ressignificação dos usos da terra - enquanto território imbricado de valores- e afirmação da sua condição social frente ao modelo globalizante da sociedade capitalista industrial.

Clássicas dicotomias como produção/reprodução e público/privado foram revisitadas e questionadas ao longo das visitas a campo, na medida em que essas fronteiras não foram verificadas de maneira tão rígida e clara no cotidiano da família. Tais oposições, como evidência Cristina Carrasco (2006), entendem o mundo dividido em dois espaços que não se comunicam e possuem uma discrepante hierarquia - o público é demasiadamente mais valorizado e *visto* do que o privado - auxiliando nos processos de exclusão, de violência e de dependência das mulheres (p.7).

A casa ou o “lar” ocupa um lugar central na vida dos Ticuna de Nova Vida, ao mesmo tempo em que as fronteiras entre a casa e a comunidade, principalmente entre as crianças, mesmo que existentes, se misturam. Quando as frutas são colhidas para a alimentação nas árvores tão conhecidas pela família – tanto ao redor da casa quanto de outras árvores mais distantes - e circulam de casa em casa, através de sistemas de doação, troca e autoconsumo, as rígidas separações entre espaço público e espaço privado parecem ser categorias cada vez mais difusas.

Ao caminhar com Regina ao redor da casa para que ela pudesse me informar sobre a diversidade presente naquele espaço, registrei várias espécies que não passaram pelo registro da caderneta. Muitas eram árvores frutíferas, algumas muito ‘fortes’ do ponto de vista nutricional como o açaí, o tucumã, a pupunha e a bacaba, e também plantas para outros fins como as cuias e os tucuns. No que diz respeito à rotina de organização e manutenção da casa, Regina desempenha um papel agenciador na realização e delegação de tarefas, bem como na mediação de algumas relações. Durante o tempo em que convivi com a família, observei Regina realizar múltiplas atividades, como o beneficiamento e preparo de alimentos, a tecelagem de Tucum para a confecção de bustiês para a filha, a limpeza da casa ou mesmo a delegação de tarefas para as filhas e cunhada, a lavagem das roupas e o cuidado constante da filha caçula de dois anos.

Para compreender a invisibilidade que possuem os espaços domésticos e comunitários como constituintes da agrobiodiversidade produtiva indígena, é necessário olhar para as representações e significados que assumem a economia em nossa sociedade. A Economia, não somente enquanto campo científico, mas como concepção ideal presente no imaginário da sociedade contemporânea, está impregnada nas premissas, formuladas à luz das teorias neoclássicas, de um mercado auto regulador e nas leis da oferta e da procura, onde o lucro e principalmente a monetarização da vida cotidiana são pressupostos das relações econômicas. A esse respeito, Polanyi (2012) historiciza o surgimento destes pressupostos e atribui a separação da esfera econômica do resto da sociedade como marco do início deste pensamento que sustenta a “falácia economicista”, resumindo toda a experiência econômica apenas à economia de mercado e



universalizando-a, o que promove a extensão deste olhar para todos os grupos humanos e naturaliza um tipo específico de racionalidade que não é essencial e inerente a condição humana, como comumente é tratada por diversas instituições e sujeitos na contemporaneidade.

Como aponta Cristina Carrasco (2009), tais abordagens clássicas contribuíram para intensificar o processo de invisibilização dos trabalhos realizados pelas mulheres ao promover a identificação de trabalho com emprego. Essa identificação subsumi que somente o trabalho convertido em salário é considerado como valor, e em última instância o único considerado como trabalho, assim, segundo Carrasco (2009):

[...] a idea de trabajo en sentido amplio –anterior a la industrialización y al capitalismo– como actividad transistémica que se desarrolla de manera continua y que forma parte de la naturaleza humana, queda empobrecida al remitirse o tener como referente la producción asalariada. (p.47)

Desta forma, as múltiplas formas e funções que assumem o trabalho realizado pelas mulheres em seus lares e quintais produtivos, - produção e beneficiamento de alimentos, garantia da soberania alimentar, promoção do bem-estar, a dimensão da afetividade no trabalho, etc.- trabalhos que se relacionam com a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2009) e a garantia da soberania da comunidade, são simbolicamente apagados dos discursos de vários segmentos da sociedade servindo a uma lógica que violenta, segrega e marginaliza.

## CONCLUSÃO

Os resultados alcançados durante a pesquisa evidenciam que a agrobiodiversidade cultivada ao redor da casa e os animais criados constituem a base da alimentação familiar, sendo a categoria "consumo", presente na CA, a que apresenta maior magnitude em termos quantitativos e em relação à diversidade alimentar. Os trabalhos realizados por Regina no cultivo, criação de animais e manutenção da casa apontam para a riqueza que é comumente invisível aos olhos dos não-indígenas, que tantas vezes consideram apenas a produção das roças e os produtos vendidos na feira em sua percepção sobre a alimentação e o trabalho. Atividades estas que articulam o tecido da comunidade e pluralizam as possibilidades de economia, conservação dos recursos e bem-viver.

O esforço de sistematização quantitativa da diversidade presente na produção dos quintais e sua destinação, aliada a observação sensível das relações familiares e de trabalho da mulher, neste contexto se mostrou uma importante ferramenta para o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos por Regina enquanto sujeita produtiva e criativa. Além disso, oferece importantes elementos, evidenciados a partir das experiências da própria Regina para a reflexão acerca da articulação entre trabalho, economia e relações de gênero.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Elisabeth Maria; SCHOTTZ, Vanessa. **Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil.**



**III CIFA**  
COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CULTIVO E SEXO COMUNS

Revista Agriculturas, v.6, n.4. Dezembro de 2009.

CARRASCO, Cristina. **"La economía feminista: una apuesta por otra economía"**. In: VARA, Maria Jesús (Coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal. 2006. p. 7-11.

Carrasco, Cristina (2009), **"Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina"**, *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, núm. 108, pp. 45-54.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia: "os papéis" do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007

NETO, Antônio Augusto Lopes; FEITAL, Auxiliadora; LOPES, Isabel de Luanda; ALMEIDA, Angélica; TELLES, Liliam. **Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia**. Rio de Janeiro/RJ: Revista Agriculturas, v. 12 - n. 4, dez. 2015.

(1944) POLANYI, K. **A grande transformação: As origens da nossa época**. Editora

Campos: Rio de Janeiro, 1980. \_\_\_\_\_. **A subsistência do homem: e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

QUIJANO, A. **"Coloniality of power, ethnocentrism and Latin America"**. *Nepanta*, Lima, Peru v. 1, n. 3, p. 533-80, 2000. (2011)

SEGATO, Rita Laura. **Género, y Colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial**. IN *Feminismos Y Poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América latina*. Buenos Aires: Ediciones Godot. 2011. P. 17-47.

WOORTMAN, K. **Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.